

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.

*Claudio Roberto da Silva \**

Antes de reconhecer qualquer definição sobre o lugar que o intelectual ocupa na estrutura social, Daniel Pécaut, sociólogo francês e especialista em problemas políticos da América Latina, afasta tal possibilidade por considerar esse exercício inócuo, salvo se a definição comportar a problemática do reconhecimento social do estatuto da intelectualidade e de sua produção numa sociedade e num momento dados.

É a partir dessa perspectiva que o autor, através de seu trabalho, busca delimitar a posição social dos intelectuais, o lugar que os intelectuais atribuem a si próprios, as representações do fenômeno político e as articulações entre o campo intelectual e a esfera política.

A obra recupera a trajetória da intelectualidade no Brasil entre 1920 e 1982. Contudo é preciso lembrar que ele, autor, reconhece os limites de sua análise, ao estabelecer como critério restritivo a trajetória política dos intelectuais que se vinculam a sociologia, visto sua preocupação em não conseguir abarcar os amplos domínios da cultura. Pécaut também reconhece ter mencionado a intelectualidade brasileira como um todo, porém deixa claro que os intelectuais tratados em sua obra são aqueles instalados em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Estes pontos dão conta da delimitação do campo de sua reflexão.

O autor trabalha criteriosamente, sua obra é organizada em duas partes. A primeira é dividida em dois momentos, onde o fato dos intelectuais terem sido solidários à construção de uma cultura política, pela qual se responsabilizavam e de onde derivava sua própria legitimidade, define a primeira parte do trabalho.

Em poucas palavras, o autor se detém num primeiro momento sobre a politização dos intelectuais da primeira geração, definida entre 1920-40,

---

\* Departamento de História/USP.

construindo no decorrer do texto a relação pela qual os intelectuais reclamam para si próprios a autoridade, perante o Estado, para executar sua missão política, basicamente definida por duas tarefas: forjar a "consciência nacional" e promover a "organização" social. O acesso dos intelectuais a posição de elite dirigente qualificava-se por sua capacidade em captar e interpretar os sinais que demonstravam a existência de uma nação inscrita na realidade. Nesse sentido, a intelectualidade, além de fazer um jogo seguro ao lado do Estado que lhe reconhecia tal direito, destinava-se a fazer as massas amorfas adquirirem progressivamente seus direitos de cidadania.

O caráter explicitamente político dos intelectuais ao lado da esquerda é ressaltado pelo autor no segundo momento da obra, o qual abrange a geração entre 1954-64. Pécaut detém-se mais especificamente sobre instituições e movimentos intelectuais determinados, ao ISEB, CPCs (Centros Populares de Cultura), MEB (Movimento de Educação de Base), apontando o deslocamento de interesses por parte da intelectualidade que busca apagar as marcas de sua origem "pequeno-burguesa", inclinando-se para as classes populares. Difunde-se uma certa vulgata marxista, cabendo aos intelectuais o papel de consciência do povo e da nação, com o objetivo de despertar as massas pré-conscientes e reconhecer a legitimidade de sua atuação enquanto intérpretes das massas populares.

Para Pécaut a noção de cultura política destina-se a dar conta do fenômeno pelo qual ambas as gerações, tendo como base a crença no Estado, aderiram a mesma concepção de "formação" do social. Tanto uma quanto a outra se consideravam responsáveis pela reorganização racional da esfera social, devido ao fato de se situarem num plano acima do social, e de se considerarem co-autoras da produção das representações do político. Pécaut considera que a cultura política se fundamenta no encontro das duas gerações, manifestando-se mais precisamente na visão da evolução histórica, do povo e da nação.

Esses elementos, da reflexão de Pécaut, tornam-se importantes a medida que na segunda parte da obra o autor mostra o deslocamento que se realiza nas concepções da esfera política, com o advento do golpe de Estado de 64, apontando os caminhos percorridos pela intelectualidade até 1982.

Desfaz-se a cultura política, sobretudo, deixando como principal marca a convicção que a intelectualidade tem por vocação situar-se, em relação a sociedade, no mesmo plano que o Estado. O autor apresenta a progressiva redefinição do campo intelectual, mostrando como o professor universitário, principalmente o cientista social, assume esse lugar com a expansão das universidades, assim como da burocratização que estabelece um controle pelo reconhecimento institucional de uma elite formada a nível de pós-graduação.

A coesão e evidência adquirida pelos intelectuais muitas vezes com o apoio do Estado, passa a ser mantida contra o Estado autoritário. Passado o período subsequente ao AI5, a intelectualidade encarrega-se de elaborar uma nova simbologia política, tornando-se sua porta voz, chama a sociedade a se autoconstruir pela via democrática. Neste ponto, o autor observa como a democracia deixa de ser propícia ao meio intelectual, colocando em cheque sua identidade e gerando a impossibilidade da categoria monopolizar a representação da nação. Frente às múltiplas divisões da sociedade, presentes agora em seu meio, já não podem se projetar facilmente acima da sociedade e nem se instalar na dianteira da história.

A leitura da obra de Pécaut remete-nos a um notável exercício de interpretação histórica. Nesse sentido, o autor move sua reflexão, fugindo de análises e conclusões prévias, sobre o lugar que o intelectual ocupa em relação a sociedade. Conduzindo-nos, passo a passo, a conhecer seu trabalho com a especificidade de cada contexto histórico, no qual se insere a geração de intelectuais abordada. Pécaut sugere análises, reveladas a luz da pesquisa, sobre a maneira como a intelectualidade brasileira se posicionou, durante sua trajetória, nas lutas políticas e sociais do país. E antes mesmo de determinar os pontos, reconhece os limites de sua reflexão, deixando a seus leitores referências importantes sobre as relações intrínsecas entre o saber e o poder.